

# Economia em Debate

## nº 284

(24/09/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **Candidatos não registram propostas para o mínimo**

**O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 24/09/2018**

Os cinco candidatos mais bem posicionados na pesquisa não mencionam nas propostas que registraram no TSE suas políticas para reajuste do salário mínimo. Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Marina Silva (Rede) ignoram o tema. Fernando Haddad (PT) reservou apenas um parágrafo na sua proposta. A lei que estabelece o aumento do mínimo com base na inflação e no crescimento do PIB perde a validade em 1.º de janeiro. Assim, o próximo presidente poderá escolher se e como reeditará essa política.

» Com... Procurado pela Coluna, a campanha de Alckmin diz que o salário mínimo será prioridade do seu governo, mas não detalhou a proposta. Ciro também não especificou. Diz que deve anunciar a sua ideia na reta final da campanha.

» ...mistério. Haddad registrou no TSE que manterá a atual política para o mínimo, acrescentando que garantirá aumento real mesmo quando não houver crescimento do PIB. Só não explica como. A campanha de Bolsonaro não respondeu.

» Na faixa. Marina Silva defende o reajuste anual pela inflação e ganho real só quando o Brasil voltar a ter superávit primário.

» Antes tarde... Tucanos acharam tardio, mas ainda em tempo a carta do ex-presidente FHC em que ele pede união dos presidenciáveis do centro. Relembrem a virada do Aécio em 2014, nas duas últimas semanas, quando foi para o 2.º turno contra Dilma Rousseff.

» A lógica...O DEM já começa a avaliar o que fazer num 2.º turno entre Bolsonaro e Haddad. A decisão vai passar pela disputa ao governo do Rio. Quem tiver mais chance de ajudar a eleger Eduardo Paes (DEM) leva vantagem.

» ...do Centrão. O PTB, num eventual 2.º turno sem Alckmin, também vai considerar a situação do seu candidato ao governo de Pernambuco, Armando Monteiro, para se posicionar.

» Abre o cofre. Dias Toffoli incluiu na pauta do plenário desta quarta discussão sobre como os partidos devem usar fundo partidário acumulado desde 2015 que deveria ter sido destinado às campanhas femininas.

» Linha direta. O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, conversa com frequência com José Dirceu. O tucano mandou carta para o petista na prisão e, agora, com ele solto costuma telefonar.

» Com a palavra. O ministro disse à Coluna que é amigo de Dirceu há 50 anos e nega que trate com o articulador político do PT sobre a eleição. "Falo com ele sobre a vida", afirma.

» Ficha. Dirceu já foi condenado por corrupção, lavagem e organização criminosa na Operação Lava Jato. » Convergência. Bolsonaro foi um dos relatores do projeto que transformou em lei a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional uma vez por semana nas escolas. A lei foi sancionada pelo vice de Lula, José Alencar, com a assinatura de Fernando Haddad, à época, ministro da Educação.

» Jogo virou. O presidente Michel Temer vai nomear hoje os advogados Ruy Altenfelder e André Ramos Tavares para a Comissão de Ética Pública da Presidência. Com eles, passa a ter maioria no colegiado.

» CLICK. O ministro das Cidades, Alexandre Baldy, participou sexta-feira de blitz educativa no Rio e alertou os motoristas dos riscos de dirigir teclando no celular.

PRONTO, FALEI!

Rodrigo Coimbra  
Chefe da seção de voto informatizado do TSE

“A auditoria é possível em todas as etapas: desenvolvimento dos sistemas, preparação das urnas, votação e apuração dos resultados”, sobre a urna eletrônica.

## **Pesquisas, Ata, RTI e pré-sal lotam agenda** **Valor Econômico - 24/09/2018**

### **Angela Bittencourt**

Três pesquisas eleitorais em cinco dias de negócios, balanço das contas externas brasileiras, operações de crédito, dívida pública, resultado fiscal do Tesouro, Ata do Copom, Relatório de Inflação do terceiro trimestre; reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), 5ª Rodada de Partilha do Pré-sal que poderá render R\$ 6,82 bilhões em arrecadação de bônus e decisão de política monetária do Federal Reserve (banco central americano), além da abertura da Assembleia Geral da ONU pelo presidente Michel Temer amanhã, são eventos previstos para esta semana que antecede o 1º turno de votação das eleições no Brasil, em 7 de outubro.

Essa agenda não inclui detalhes da movimentação dos candidatos à presidência da República que poderá ser intensificada caso Jair Bolsonaro (PSL), líder das pesquisas de intenção de votos, deixe o Hospital Albert Einstein. Na sexta, o deputado disse, nas redes sociais, que deve ter alta até o fim do mês. Mas o boletim médico, divulgado também na sexta, não fez previsão de alta, embora tenha reconhecido sua "melhora clínica progressiva".

Bolsonaro está hospitalizado há quase duas semanas, recuperando-se do atentado que sofreu em 6 de setembro, durante um comício. A Polícia Federal (PF) informou oficialmente no fim de semana que o agressor agiu sozinho.

"Salvador Dalí se move na tumba", diz José Roberto Afonso

É improvável que as pesquisas Ibope/Globo/Estadão que será divulgada hoje e Ibope/CNI, a ser publicada a partir da quarta-feira, alterem tendências dos principais candidatos. Jair Bolsonaro continuou avançando na semana passada; Fernando Haddad (PT) teve crescimento acelerado; Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) mostraram estabilidade e Marina Silva (Rede) enfraqueceu.

Executivos do mercado financeiro encerraram a sexta-feira, reiterando a expectativa de um 2º turno, em 28 de outubro, disputado entre direita e esquerda representadas por Bolsonaro e Haddad praticamente empatados. Esse placar, se confirmado, mantém em elevação a temperatura eleitoral por mais três semanas - período em que os militantes de direita e de esquerda estarão armados para arrebanhar eleitores do opositor.

Esta semana de fechamento de mês e trimestre deve ser naturalmente mais movimentada pela necessidade de bancos, empresas e governo concluírem seus relatórios de atividade e resultados. Contudo, há alguns dias, grandes investidores já começaram a fechar posições em Brasil, preparando-se para o 1º turno da eleição que, mesmo sendo improvável, pode definir o próximo presidente do Brasil.

Esse reposicionamento já contribuiu para a queda do dólar em 2,9% na semana passada. A moeda chegou a ser negociada, na sexta, abaixo de R\$ 4,05. Também empurraram o dólar negociado no mercado local a baixa observada no mercado internacional e a percepção de analistas de que Jair Bolsonaro segue na preferência dos eleitores para o 1º turno, alimentando assim promessas e esperanças de vitória no 2º turno.

A apreciação do real ocorre após um reforço de carteiras de hedge cambial descrita no Valor de hoje pelo repórter Lucas Hirata, especialista em câmbio e juro. A mudança de patamar do dólar para R\$ 4 levou à busca por hedge contra uma valorização adicional do dólar que chegou a ser negociado a R\$ 4,21 nas máximas das últimas semanas. De acordo com dados da B3 antecipados pelo Valor PRO, as compras de dólares superaram as vendas a partir de junho, movimento que prosseguiu até o mês passado e foi capitaneado por importadores.

Só em junho, relata o jornalista, as compras líquidas de dólares somaram US\$ 5,63 bilhões via contratos de câmbio a termo (conhecidos como NDFs, sigla de Non Deliverable Forwards) registrados na B3. Foi justamente naquele mês que a aquisição bruta da moeda americana avançou ao pico de US\$ 17,73 bilhões, o volume mais elevado desde maio do ano passado. O ritmo se manteve elevado nos últimos meses e, no acumulado do ano até agosto, as compras líquidas alcançaram US\$ 7,53 bilhões.

Ainda na bolsa brasileira, a exposição de investidores estrangeiros em ativos denominados em dólar (contratos de dólar futuro e cupom cambial ou juro em dólar) caiu a US\$ 34,4 bilhões na quinta-feira passada. Esse é o menor montante de posições compradas em quase dois meses. Em 31 de agosto, os investidores estrangeiros chegaram a manter US\$ 39,27 bilhões em compras de ativos cambiais, um recorde.

Simultaneamente ao arranjo operacional dos mercados para virar o trimestre e alcançar a transição de governo no Brasil, a partir de janeiro de 2019, economistas mantêm em debate as reformas e medidas que vão exigir ação rápida do futuro presidente e de sua equipe.

José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, em entrevista à coluna diz suspeitar que Salvador Dalí está se remoendo na tumba. "Nem ele sonhava com um debate político, econômico e fiscal tão surreal quanto o que está em curso no Brasil."

"Como é possível segmentos do mercado financeiro apoiarem alguém que defende recriar a CPMF, sendo que, com inflação muito reduzida e produto em recessão, repetir a alíquota de 0,38% praticada no passado provocaria uma profunda desintermediação bancária? Porque pensar em ressuscitar uma tributação às portas de uma revolução digital, do bitcoin ao blockchain, que vai virar o sistema financeiro do mundo inteiro de cabeça para baixo?", pergunta o economista para quem "nem kamikaze japonês seria tão preciso no suicídio".

Afonso avalia que uma saída mais fácil, do "MMA intelectual" que se observa atualmente, é culpar a política fiscal por todos males do que voltar aos modelos de consistência macroeconômica, que resultem em propostas coordenadas das diferentes políticas que regulam a economia. Ele entende que o mercado e o governo apostaram tudo nas panaceias do teto dos gastos públicos e, depois, na reforma previdenciária. Ambas são necessárias, mas insuficientes isoladamente. E alerta que entre os mitos que marcam o debate econômico está a ideia de que foi equacionado o financiamento dos investimentos e do crescimento pela redução de subsídios. "Isso não aconteceu", diz.

## **O sentido da inteligência artificial**

### **Valor Econômico - 24/09/2018**

**Ricardo Abramovay**

Há duas premissas básicas para que as sociedades contemporâneas comecem a contornar o horizonte distópico tão frequentemente associado ao avanço da inteligência artificial, do aprendizado de máquinas e da internet das coisas. A primeira é que os indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos de dados. A segunda é que os dados sejam considerados bens comuns e não sirvam, como ocorre hoje, para ampliar o poder e a riqueza de empresas cuja força monopolista não tem precedentes na história do capitalismo.

Proteger os dados pessoais e, ao mesmo tempo, estimular que sua circulação e seu compartilhamento melhorem a qualidade dos laços sociais, a confiança e a solidariedade são objetivos que devem ser almeçados de maneira conjunta. Não podem ser tratados como um dilema ou o que os economistas chamam de trade-off.

Os dados são a matéria-prima da inteligência artificial contemporânea. A aprendizagem de máquinas não corresponde à imagem convencional de um algoritmo: ela é feita menos por programação que por acúmulo de informações, por treinamento a partir de dados. Mesmo não sendo a única técnica que leva à inteligência artificial, a aprendizagem por dados é a principal, a que se desenvolve mais rápido e aquela em torno da qual a competição internacional é a mais acirrada.

O exemplo mais emblemático é o reconhecimento facial. Só em 2017, a China depositou cinco vezes mais patentes nesta área que os Estados Unidos. Veículos autônomos, traduções, energias renováveis, transações bancárias e segurança urbana são apenas algumas das áreas em que novas tecnologias avançam graças à ciência dos dados.

É imenso, porém, o risco de que estas técnicas não respeitem a dignidade humana. O que está em jogo na ideia de que os indivíduos são sujeitos de seus dados não é sigilo ou o direito de ser deixado paz, e sim um conjunto de novos direitos humanos que emergem com a era digital. O direito à privacidade ganha uma dimensão inédita, diante do modelo de negócios dos gigantes digitais, cujos dispositivos são desenhados para que extraiam de nós gigantesca massa de dados usados para nos persuadir de forma individualizada e sub-reptícia a mudar nossos comportamentos tanto naquilo que consumimos, como em nossas opções cívicas e políticas.

É um poder com o qual a publicidade convencional jamais sonhou, pois se apoia no conhecimento minucioso não só dos hábitos, mas das inclinações, das intenções e do repertório de cada um de nós. É um jogo desigual, em que os indivíduos enfrentam, sem o saber, milhares de engenheiros e psicólogos voltados a persuadi-los daquilo que não corresponde necessariamente a sua vontade ou a seus interesses.

Está em jogo na ideia de que indivíduos são sujeitos de seus dados não o sigilo ou o direito de ser deixado paz, e sim um conjunto de novos direitos humanos que emergem com a era digital. O direito à privacidade ganha uma dimensão inédita, diante do modelo de negócios dos gigantes digitais

Neste contexto, ampliar o poder dos indivíduos, seu conhecimento e valorizar sua capacidade de escolha é fundamental. Mais que isso, da mesma forma que ocorre com alimentos, remédios ou com projetos que ameaçam serviços ecossistêmicos, é fundamental que a coleta, a armazenagem e o uso de informações sejam objeto de avaliação de impacto.

E esta avaliação tem que ser coordenada por uma instância pública, uma autoridade capaz de acumular experiência e conhecimento a respeito dos riscos embutidos em tecnologias tão novas e cujo poder cresce de forma exponencial.

A lei de proteção de dados pessoais e da privacidade, votada por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado, é uma conquista da sociedade civil brasileira. Mas ela vai transformar-se num verdadeiro tiro pela culatra caso não seja aprovada uma autoridade nacional (prevista na lei aprovada no Congresso, mas vetada pelo presidente da República) que coordene as avaliações de impacto e oriente os agentes econômicos quanto às mudanças organizacionais que o respeito à privacidade vai exigir do setor privado e do próprio Estado.

Esta autoridade também terá por missão reunir a inteligência social que permitirá ao Brasil ser protagonista e não apenas consumidor das tecnologias digitais. Uma das mais inspiradoras fontes para isso é o relatório publicado recentemente pelo matemático (medalha Fields) e deputado francês Cédric Villani, intitulado "For a Meaningful Artificial Intelligence" (disponível on line). O argumento central de seu trabalho é que a França forma talentos e produz a matéria-prima necessária à inteligência artificial (as informações de seus cidadãos), mas tanto seus cientistas e técnicos como seus dados beneficiam hoje majoritariamente um punhado de atores econômicos, e não o desenvolvimento do país.

Enfrentar este problema não supõe que a França ou a Europa busquem construir um Google ou um Facebook. Ao contrário, a recomendação de Villani é que se formem incentivos que incitem os atores econômicos ao compartilhamento e ao mutualismo de seus dados, ou seja, que estes sejam tratados como bens comuns, cuja circulação permita que a inovação se difunda pelo conjunto do território e não fique na dependência das iniciativas dos gigantes digitais. Os dados são hoje uma infraestrutura que ocupa o epicentro do processo de desenvolvimento, o que reforça sua condição de bens comuns.

A inteligência artificial é e só pode ser um meio. Cabe à sociedade civil, aos representantes do Estado, às empresas e aos cientistas estabelecer suas finalidades. E é claro que as bases destas finalidades são de natureza ética. Daí a urgência de que as políticas voltadas a reduzir a distância que nos separa da fronteira global da inovação coloquem as pessoas como sujeitos de seus dados e façam destes um bem comum capaz de fortalecer nossa solidariedade social. Sem isso a inteligência artificial não faz sentido e se torna a porta de entrada da distopia.

# Campanhas e concentração bancária

Valor Econômico - 24/09/2018

## Jairo Saddi

Quase todos os candidatos à Presidência da República vêm defendendo maior concorrência bancária, alegando em síntese que: (a) poucos participantes concentram a maior parte dos clientes no Sistema Financeiro Nacional; (b) maior concorrência no SFN e maior oferta de crédito só virão com um número maior de bancos; (c) fintechs e outras alternativas não bancárias devem ser estimuladas para melhorar a concorrência.

Numa campanha tão repleta de diferenças e extremismos, é no mínimo curioso que exista consenso num assunto tão complexo e relevante. No entanto, olhar para história e para as lições do passado sempre é um bom caminho para evitar e repetir os mesmos erros. Enquanto o propósito de defender a concorrência é nobre e poucos hão de discordar de que realmente é fundamental reduzir o spread bancário, e isto passa pelo tema concorrencial, olhar os dados e fatos nos últimos 30 anos pode mostrar a exigência de mais cautela com a solução proposta: há uma correlação perversa entre o aumento no número de bancos autorizados a funcionar e o número de bancos liquidados no período subsequente.

Primeiro, é necessário uma digressão teórica. Bancos não fazem parte daquilo que se conhece como "mercados contestáveis", de acordo com o economista americano William Baumol, ou seja, aqueles mercados em que é fácil entrar e ainda mais fácil sair. Na definição lapidar do seu autor, "o mercado é contestável quando a entrada é totalmente livre e não há custos irrecuperáveis." (Baumol, W. Contestable Markets: An Uprising in the Theory of Industry Structure. American Economic Review, v. 72, issue 1, 1-15, 1982). Bancos estão em mercados que são exatamente o oposto disso.

Um bom sistema financeiro não se faz com o simples aumento de participantes. Banco não é padaria

Atualmente, o processo de autorização bancária, pela Res. 4.122/2012, é cheio de complexidades, nuances e particularidades, e, em geral, o Banco Central, por meio de sua área técnica, DEORF, tem sido rigoroso e exigente, cumprindo com exemplar esmero a tarefa de aprovar novos entrantes. No entanto, liquidar bancos é sempre traumático e inevitavelmente afeta o sistema como um todo. Dai, é correto afirmar que procedimentos para constituição, autorização, cancelamento de autorização, alterações de controle, reorganizações societárias etc. na indústria bancária é, em qualquer lugar e tempo, um assunto complexo.

De 1988 a 2018, houve uma variação de 57% no número de entrantes, enquanto, no mesmo período, 74 bancos foram liquidados - o que representa cerca de quase um terço do sistema no mesmo período. De 1964 a hoje, o

número se amplia: 67% dos bancos existentes naquela época simplesmente desapareceram. Se o horizonte de tempo se reduzir às próximas duas décadas, uma maior abertura de bancos hoje significará mais liquidações daqui a 20 anos. Ou seja, o argumento factual e generalizado é o seguinte: não adianta autorizar novos entrantes se um terço será liquidado na década seguinte.

Obviamente, a estatística amostral não considera caso a caso e a história bancária brasileira está cheia de particularidades que explicam, uma a uma, essas liquidações - como, por exemplo, o fim do "floating" inflacionário com o advento do Plano Real ou o evento dos precatórios pouco tempo depois. Mas, de toda forma, autorizar a abertura de bancos é coisa séria e deve ser tratada com rigor, como o atual Banco Central vem fazendo. Em qualquer lugar do mundo, o tratamento rigoroso e o elevado nível de exigências e custos de observância é o mesmo.

Para abrir um novo estabelecimento bancário é necessário apresentar a "descrição das variáveis críticas para o sucesso do empreendimento", assim como "um plano mercadológico", que deve contemplar "objetivos estratégicos e propósitos de atuação do mercado" em que a instituição irá atuar, "contemplando os riscos nele existentes e os decorrentes de eventual concentração de negócios".

Ainda, é necessário mostrar ao BC o público-alvo, os principais produtos e serviços, assim como demonstrar o impacto do novo negócio na concorrência.

Portanto, pode-se aumentar a concorrência não com uma quantidade maior de participantes, mas com players que estejam focados em atuar em nichos delimitados, com economias de escopo e conhecimento profundo do que fazem.

No entanto, o próprio texto regulamentar afirma que "considerando as circunstâncias de cada caso concreto e o contexto dos fatos, poderá dispensar, excepcionalmente e diante de interesse público devidamente justificado, o cumprimento das condições estabelecidas para o ingresso" de novos entrantes.

O grande desafio é harmonizar belos planos em projetos viáveis, e aqui é preciso tratar das fintechs e de suas várias acepções (crédito, arranjos de pagamento, investimento etc) num formato em que não venhamos a ter problemas amanhã. Por um lado, é correta a visão de que a regulação não pode inibir a inovação, mas, por outro, é preciso não aceitar participantes e condutas que possam colocar o sistema em risco.

Finalmente, um bom sistema financeiro não se faz com soluções mágicas nem com o simples aumento do número de participantes. Banco não é padaria; cuida de um bem público fundamental: a poupança popular, por isso deve ter tratamento diferenciado em relação aos demais estabelecimentos comerciais. Esperamos que, seja quem for que vença o pleito de 2018, tenha isto em mente: é preciso aumentar a concorrência bancária para ampliar a oferta de

crédito e reduzir o spread bancário, mas sem colocar em risco a poupança popular ou a credibilidade do sistema financeiro como um todo.

## **TCU quer ajustes para leilões de aeroportos** **O Estado de S. Paulo - 24/09/2018**

O Tribunal de Contas da União (TCU) pediu ajustes nos editais dos próximos aeroportos que o governo pretende leiloar ainda neste ano. As determinações devem ser atendidas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), para que os textos definitivos sejam publicados. O governo ainda acredita que dê tempo de licitá-los até dezembro.

O Estado teve acesso à análise técnica realizada pelo tribunal, documento que deverá embasar o voto do relator do processo na corte de contas, o ministro Bruno Dantas. De forma geral, o relatório não faz nenhum apontamento grave e, a partir de algumas mudanças, dá sinal verde para que os editais sejam publicados após algumas alterações. Como o material foi concluído na última sexta-feira, ainda não há confirmação sobre quando Bruno Dantas levará o processo para votação do plenário da corte.

O governo tem a expectativa de que isso ocorra nas próximas semanas. Os investidores pedem pelo menos 80 dias de prazo entre a publicação do edital e a realização do leilão para fecharem suas propostas. O governo falava em ao menos 100 dias, mas estaria disposto a encurtar esse prazo.

O plano é licitar, de uma só vez, 12 aeroportos regionais, terminais que recebem 19,6 milhões de passageiros por ano e respondem por 9,5% do mercado nacional de aviação. As concessões são esperadas por um grupo de investidores que já estudam as propostas, sob o risco de verem o leilão cancelado, conforme os interesses do novo governo a partir de 2019.

Blocos. Pela proposta, os aeroportos foram divididos em três blocos. O bloco Nordeste é formado por seis terminais: aeroporto internacional do Recife (PE), aeroporto de Maceió (AL), aeroporto de Aracaju (SE), aeroporto de João Pessoa (PB), aeroporto de Juazeiro do Norte (CE) e aeroporto de Campina Grande (PB). Esse lote processa aproximadamente 13,2 milhões de passageiros ao ano, dos quais quase 60% passam por Recife.

No bloco do Centro-Oeste estão os aeroportos mato-grossenses de Cuiabá, Rondonópolis, Alta Floresta e Sinop, com aproximadamente 3,3 milhões de passageiros ao ano, sendo que 85% desse fluxo passa por Cuiabá. Já o Bloco Sudeste, com os aeroportos de Vitória (ES) e de Macaé (RJ), processa 3,2 milhões de passageiros por ano, com 94% desse fluxo em Vitória.

Em sua análise, os técnicos do TCU reduziram os investimentos previstos para o aeroporto de Macaé, durante a concessão de 30 anos, em R\$ 60,2 milhões, devido à exclusão de serviços que já são objeto de contrato executado pela estatal Infraero, com recuperação e adequações de pistas.

O tribunal também determinou a correção de itens nos estudos de engenharia dos aeroportos de Cuiabá e Vitória, além de erros em estudos ambientais do aeroporto de Macaé e falhas nos mecanismos da revisão extraordinária dos contratos de concessão. A corte de contas solicita ainda que sejam feitas adequações no “layout” proposto para o aeroporto de Cuiabá para evitar dificuldades operacionais. O mesmo tipo de correção deve ser feito no sistema de pistas do aeroporto de Vitória, excluindo itens de serviços que já foram executados no terminal capixaba.

Pelas regras do leilão, os terminais serão oferecidos em blocos e não haverá restrições de concorrência, ou seja, há possibilidade de um mesmo concessionário vencer o leilão para quaisquer dos blocos de aeroportos ou todos. As atuais concessionárias podem participar.

## **‘País precisará do capital externo para retomar investimentos’**

**O Estado de S. Paulo - 24/09/2018**

O sócio do escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe, Henrique Kruger Frizzo, afirma que as incertezas políticas têm afetado o ritmo de aquisições no Brasil, especialmente por parte do investidor estrangeiro. Ele destaca ainda que o País vai precisar muito do capital externo para retomar investimentos no setor de infraestrutura, o que exigirá algumas mudanças internas.

Os negócios de infraestrutura estão parados neste momento de turbulência? Os negócios não estão necessariamente parados, mas vemos uma demora significativa por parte do governo na licitação de novos projetos. O que temos visto é um interesse na aquisição privada de projetos já em andamento, até porque os preços dos ativos estão atrativos, em especial no setor de energia e portuário. Porém, as incertezas políticas têm afetado o ritmo dessas operações, especialmente quando se trata de investidores estrangeiros; no passado, os projetos de aquisição eram mais objetivos e agora qualquer aspecto negativo gera uma rediscussão da intenção em adquirir.

Qual o principal desafio do novo presidente para reativar os investimentos? Mais do que alterações legais, que é uma opinião recorrente, seria necessário trabalhar na qualidade dos projetos que serão licitados por meio da inclusão dos atores envolvidos (usuários, investidores e operadores). Uma priorização entre projetos já maduros e com boa aceitabilidade poderia representar um choque positivo no setor. No passado, sempre se focou em um dos atores (primeiro operadores, depois financiadores), o que gerou dificuldade de implementação, já que todos os interesses acabavam não harmonizados. Em relação aos investimentos estrangeiros, é essencial limpar as incertezas de macroeconomia e melhorar a qualidade dos projetos.

Que setores ainda têm potencial para fechar negócios neste ano?

Energia, portos, óleo & gás e rodovia.

Como está o apetite do investidor estrangeiro no Brasil?

O Brasil está atrativo pelo preço dos ativos. Mas as incertezas quanto ao retorno do investimento, segurança nos projetos e dificuldades de financiamento acabam por prejudicar a participação do estrangeiro. O País precisa de capital externo porque não há liquidez no mercado interno capaz de suprir a demanda para os investimentos. No mercado doméstico, o financiamento dos projetos ainda sofre impacto das alterações nas políticas do BNDES e do fraco apetite do setor financeiro em financiamentos de longo prazo.

## **Família corta compras para pagar contas** **O Estado de S. Paulo - 24/09/2018**

A cada mês que passa, as despesas fixas da família Lima com luz, água, telefone e gasolina só aumentam. Com uma bebê de três meses e mais dois filhos, uma de 16 anos e outro de 8 anos, Angela de Cássia Dias Lima e o marido Luciano Lima viram, nos últimos seis meses, a conta de luz saltar de R\$ 120 para R\$ 189. As despesas com água e esgoto também subiram: passaram de R\$ 120 para R\$ 132. E o carro que o casal usa para passear aos finais de semana – ir ao shopping, comer fora, por exemplo – fica a maior parte do tempo estacionado na garagem porque falta gasolina. “A gente rebola para pagar as contas”, desabafa Angela, que é fiscal de transporte escolar.

Ela e o marido, que trabalha como autônomo depois de ter perdido o emprego de garçom no início do ano, não têm para onde correr e são obrigados, como a maioria dos brasileiros, a aceitar os aumentos das tarifas. Uma das saídas para conseguir “encaixar” esse aumento de despesa na renda familiar, que gira em torno de R\$ 2.200 por mês, foi reduzir o consumo de outros bens e serviços que não são “obrigatórios”.

A família, por exemplo, deixou de comer fora e está gastando menos no supermercado. Antes da disparada das tarifas, Angela conta que comprava duas caixas de leite por mês. Hoje leva para casa uma caixa. Ela e o marido passaram a beber chá para deixar o leite para as crianças. Bolacha recheada também entrou na lista de corte: antes a família comprava cerca de 20 pacotes por mês e hoje são apenas três. “Com essas e outras reduções consigo gastar cerca de R\$ 120 a menos por mês no supermercado”, calcula Angela.

A queda no consumo de alimentos, bebidas, artigos de higiene e limpeza, cujos preços estão bem comportados, de acordo com os índices de inflação, foi captada por institutos de pesquisas especializados. No segundo trimestre deste ano, a Kantar Worldpanel que visita semanalmente 11,3 mil domicílios no País para tirar uma radiografia do consumo de uma cesta de 108 categorias de produtos, entre alimentos bebidas e artigos de higiene e limpeza, registrou uma retração 5,5% nos volumes comprados sobre o primeiro trimestre deste ano. A cada ida no supermercado, o brasileiro levou para casa uma quantidade quase

10% menor de produtos. “Nos últimos três anos não tínhamos registrado uma queda tão forte”, diz Giovanna Fischer, diretora do instituto e responsável pela pesquisa domiciliar.

Natal. “A situação do comércio azedou também por causa do aumento das tarifas”, afirma Fabio Bentes, economistachefe da Confederação do Comércio (CNC). Ele lembra que até abril, as vendas do varejo cresciam na faixa de 7% ante 2017 e depois da greve dos caminhoneiros esse ritmo caiu 50%.

Para o economista, o crescimento de vendas deve ficar nessa toada. Além da incerteza política e do desemprego elevado, a alta das tarifas nos gastos vai frear as compras. Tanto é ele prevê que as vendas de Natal cresçam 2,3%, uma taxa menor do que a de 3,9% em 2017.

## **Tarifa deve subir acima da inflação em 2019**

**O Estado de S. Paulo - 24/09/2018**

Os preços monitorados devem continuar subindo acima da inflação no ano que vem, porém num ritmo menor do que o registrado neste ano e em 2017, que foi de 8%.

Neste momento, a LCA Consultores espera um aumento de 5,3% dos preços monitorados em 2019 para uma inflação de 4,1%. André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV e coordenador de Índices de Preços, espera uma inflação medida pelo IPCA em torno de 4,5% para 2019, com os preços administrados subindo entre 5% e 6%.

“Essa situação pode permanecer o ano que vem exatamente pela dificuldade do setor elétrico”, diz Braz. Ele explica que os incentivos para economia crescer em 2019 demandarão mais energia, num ano em que as previsões são de um volume menor de chuvas e ainda sem contar com os investimentos que não foram feitos no setor nos últimos anos.

O economista acrescenta outros fatores que poderão jogar mais lenha na inflação dos administrados em 2019. “Os movimentos no diesel deste ano poderão se refletir nos reajustes dos ônibus urbanos em 2019.”

Passada a eleição, o economista não acha que a cotação do dólar em relação real deva voltar aos níveis anteriores. Se a previsão do economista se confirmar, a valorização do dólar poderá pressionar os custos da indústria química, que tem muitas matérias-primas importadas. “Isso poderá ter impactos no reajuste do remédio, um preço monitorado, que ocorre todos os anos em maio.”

Programa 'acelera' 19 empresas promissoras do país

Valor Econômico - 24/09/2018

Um cursinho online que prepara vestibulandos a custo baixo, uma central médica que fornece diagnósticos com a ajuda da inteligência artificial (IA) e um fabricante de embalagens biodegradáveis, à base de fécula de mandioca. Essas são algumas das empresas de impacto social que serão aceleradas por mentores de larga experiência corporativa em um novo programa da Endeavor, organização internacional de apoio ao empreendedorismo.

As empresas, 19 ao todo, atuam nas áreas da educação, saúde e meio ambiente e foram selecionadas entre 535 inscritas. A partir de outubro, serão avaliadas por executivos colaboradores da Endeavor e receberão mentoria ao longo de sete meses para se credenciar a um novo salto de crescimento. A rede da Endeavor inclui nomes de peso, como Jorge Paulo Lehman e Fabio Barbosa, entre outros.

Todas as empresas selecionadas existem já há alguns anos e apresentam nível de expansão acima de 20% ao ano. "O diferencial do programa é ser voltado para companhias ainda pequenas, com faturamento anual entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, mas com claro impacto social, além de grande potencial para crescer", afirma Luís Felipe Franco, diretor de aceleração da Endeavor Brasil. O programa, chamado Scale-Up Transforma, é apoiado pela Omidyar Network, empresa de investimento filantrópico criada por Pierre Omidyar, fundador do eBay, e pela indústria de computadores Dell.

Das empresas vencedoras, sete são do segmento educacional, sete do ramo de saúde e cinco da área ambiental. O cursinho online Kuadro promete mensalidades por um décimo do valor de um preparatório convencional.

As demais empresas da área educacional são Tamboro (dedicado ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais), Gama Academy (ensino por imersão), Kanttum (desenvolvimento profissional de professores), HandTalk (aplicativo para tradução digital em linguagem de sinais), Agededu (plataforma digital para a comunicação entre alunos e escolas) e Nave a Vela (que propõe um currículo escolar de cultura de inovação).

No segmento de saúde foram selecionadas a Portal Telemedicina (diagnósticos médicos com ajuda de IA), Editora Sanar (livros e cursos online), a Gogood (orientação a profissionais para hábitos saudáveis), Tá-Na-Hora (uso de chatbots com inteligência artificial para monitorar grupos em situações de risco), Zenklub (plataforma para consultas online com psicólogos), Carenet Longevity (pioneira em wearables no Brasil e líder no monitoramento remoto de dados de saúde) e HP Gealth (aplicativo para programa de monitoramento de saúde do governo federal).

Na área de meio ambiente, participarão a Courrieros (entregas urbanas em bicicletas), CBPack (produção de copos e embalagens descartáveis a base de fécula de mandioca), Eureciclo (criadora de selo de reciclagem responsável para empresas), Home Agent (serviço de atendimento ao cliente feito por profissionais que trabalham em casa) e a Begreen (estufas hidropônicas para produzir hortaliças com 80% de economia de espaço).

Fundada em 2000, a seção brasileira da Endeavor é a terceira mais antiga da organização, que hoje está presente em 32 países. O Scale-Up Transforma é um programa pioneiro, formatado para a realidade brasileira, com um olhar para o empreendedorismo que nasce com capital menor, mas tem impacto social direto. É um desdobramento do programa Scale

Up, criado em 2015 também pela Endeavor Brasil, que contempla empresas com faturamento anual em torno de R\$ 10 milhões, não necessariamente voltadas para atender áreas socialmente carentes.

A principal atuação da Endeavor no mundo é o programa de apoio a empreendedores de maior porte, que se destacam pelo alto crescimento - acima de 20% ao longo de pelo menos três anos seguidos. "No Brasil já apoiamos cerca de 200 empresas que se enquadram nessa categoria, outras 800 no programa Scale-Up e abrimos agora essa terceira frente, com foco no impacto social, que tem tudo para crescer nos próximos anos", afirma Luís Felipe Franco.

## **Governadores vão assumir com receita menor**

### **Valor Econômico - 24/09/2018**

Os governadores que assumirem os Estados no ano que vem encontrarão receitas ainda em recuperação, mas distantes, em termos reais, dos níveis anteriores, de 2012 a 2014. Mais do que isso, nos últimos dez anos a participação dos Estados nas receitas disponíveis dos governos regionais caiu de 58,7% para 56,6%.

Para agravar a situação, os governadores ainda enfrentarão um quadro de persistente de desigualdade entre os Estados na distribuição de receitas disponíveis por habitante. Esse é considerado por analistas um componente adicional a ser enfrentado na discussão de uma reforma tributária.

Levantamento da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, mostra que a receita disponível média dos governos estaduais por habitante foi de R\$ 2.636 em 2017, o que significa ligeira melhora em relação ao ano anterior, quando o valor foi de R\$ 2.607. A base de comparação, porém, é baixa. Em 2016 os Estados tiveram a menor receita média disponível desde 2010, quando o valor foi de R\$ 2.599 por habitante. O valor per capita de 2017 ficou, em termos reais, 7% abaixo de receita média de R\$ 2.830 em 2014, quando os recursos disponíveis dos Estados atingiram o pico dos últimos dez anos. A receita disponível é a soma da receita própria com as transferências obrigatórias.

Levando em consideração não somente a receita disponível do governo estadual mas também dos municípios que compõem cada unidade federativa, a evolução não foi muito diferente. A receita disponível média dos governos regionais por unidade federada foi de R\$ R\$ 4.657 por habitante no ano

passado. O valor ficou 0,6% real acima da receita per capita de 2016 e 6,7% abaixo do pico de R\$ 4.988 por habitante em 2014.

A série histórica, segundo o economista Rodrigo Orair, diretor do IFI, mostra que a receita disponível dos governos regionais caiu e não houve recuperação em termos reais. Revela também, destaca o economista, que a receita disponível dos municípios cresceu mais que a dos Estados. De 2008 a 2017, a fatia das prefeituras nos recursos disponíveis dos governos regionais subiu de 41,3% para 43,4%. A dos Estados caiu de 58,7% para 56,6%. Em números de 2017, a variação desses 2,1 pontos percentuais significou uma diferença de R\$ 21 bilhões na receita disponível para os governos regionais.

A perda dos Estados, porém, vem acontecendo há mais tempo. Em 2002, segundo os dados do IFI, os Estados respondiam por 60,8% das receitas disponíveis dos governos regionais enquanto os municípios tinham 39,2%.

Há pelos menos dois fatores que explicam a perda dos Estados para os municípios, diz Orair. Um deles é o desempenho da arrecadação própria das prefeituras por meio do Imposto sobre Serviços (ISS), não somente como resultado do dinamismo do setor de serviços mas também como efeito da mudança da legislação de cobrança do tributo em 2003. Com a nova lei a arrecadação do ISS foi direcionada ao destino, o que facilitou o recolhimento por municípios menores. "Enquanto isso, nos Estados, a arrecadação própria do ICMS, principal tributos dos governos estaduais, teve sua base gradativamente erodida pela guerra fiscal", explica.

Outro fator, diz Orair, foi a mudança na legislação do Fundeb, cuja regra de transição foi aplicada desde 2007. Com as alterações, foram ampliadas a participação de recursos do Fundeb e também suas fontes de financiamento. Os recursos do fundo são destinados à educação.

Os dados também deixam claro, diz Orair, a grande desigualdade na arrecadação própria e um efeito limitado das transferências como forma de amenizar as diferenças. Como resultado, há uma distribuição de receitas disponíveis bastante desigual entre os Estados.

O economista do IFI refere-se às disparidades encontradas quando se olha a distribuição das receitas disponíveis por unidade federativa. Segundo os últimos dados disponíveis do IFI para essa comparação, de 2016, os governos regionais - o que inclui prefeituras e Estados - de unidades federadas como Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará, Paraíba e Bahia estão entre os que possuem receita disponível por habitante bem abaixo da média. Nos extremos, estão o Piauí, com R\$ 3.357 de receita disponível por habitante e o Distrito Federal, com R\$ 9.966 por morador. A média entre os governos regionais das unidades federadas foi de R\$ 4.630 por habitante.

Os dados, destaca Orair, mostram o efeito limitado das transferências obrigatórias de natureza redistributiva, que poderiam atenuar as desigualdades de receitas. "Seria necessário que essas transferências trouxessem maior

equalização na capacidade dos governos regionais de prestar serviços públicos."

O economista explica que a arrecadação própria dos governos regionais tem forte correlação positiva com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Já os valores de transferências obrigatórias, que contribuiriam para equalizar a situação entre os entes federados, sugerem uma correlação negativa muito tênue com o IDH, considerada não estatisticamente significativa.

Orair explica que nem todas as transferências obrigatórias têm o papel de promover equalização fiscal. Segundo ele, esses repasses podem ser devolutivos/compensatórios ou redistributivos. No primeiro grupo estão os royalties do petróleo e a transferência de ICMS dos Estados aos municípios. Essas transferências são feitas com base no impacto resultante da exploração de recursos naturais ou no valor adicionado localmente.

Diferentemente, as transferências redistributivas não têm relação com as bases econômicas locais e servem para amenizar as desigualdades de receitas entre os governos regionais. Nesse grupo estão o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), diz que há ainda disparidade da receita disponível entre os Estados, mas a diferença seria maior sem o sistema de transferências. O desequilíbrio muito forte entre os Estados menos desenvolvidos, avalia, é em boa parte explicada pela falta de critério do FPE. "O fundo não atende ao previsto na Constituição e nem ao exigido pelo STF [Supremo Tribunal Federal], que seria ter uma fórmula redistributiva decente."

A conclusão, diz Afonso, é que o sistema tributário brasileiro não tem muita lógica nem mesmo na hora de partilhar recursos entre unidades de governo, embora não se possa negar que cumpre seus objetivos maiores, de descentralizar (governamentalmente) e desconcentrar (regionalmente).

Para Orair, o debate sobre sistema tributário está atualmente muito focado na criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), que substituiria o ICMS e outros tributos indiretos. "Essa discussão poderia ser aproveitada para modernizar também os critérios de repartição, um assunto que não pode ser negligenciado", defende.

O FPE já foi alvo de questionamento no Judiciário e o STF determinou ao Congresso a elaboração de uma nova norma de partilha dos recursos do fundo, lembra George Santoro, secretário de Fazenda do Estado de Alagoas. Houve aprovação de uma lei complementar baseada na renda domiciliar per capita, mas o problema, diz o secretário, é que foi estabelecida uma regra de transição que torna inócua o novo cálculo.

Atualmente o coeficiente de participação de Alagoas no FPE tem sido de 4,16%. A nova lei aprovada, segundo o governo alagoano, elevaria o índice

para 4,61%. Santoro estima que o novo critério acresceria em cerca de R\$ 600 milhões anuais o FPE do Estado, que em 2017 ficou próximo a R\$ 3,5 bilhões. Mas, segundo cálculos do Estado, com a regra de transição, Alagoas alcançaria coeficiente de 4,23% somente em sessenta anos e de 4,27% em cerca de cem anos. O secretário diz que a receita de transferência teria de crescer muito por sucessivos períodos para garantir uma aceleração mais rápida.

Segundo Santoro, o governo de Alagoas levou o assunto novamente ao STF. O secretário defende uma solução imediata para o cálculo da partilha do FPE. "A solução é mais simples que a discussão da mudança na cobrança do ICMS porque o Congresso já definiu um critério e é preciso apenas que seja efetivada."

## **Setor público pode ter déficit bem menor que meta, diz Mansueto**

**Valor Econômico - 24/09/2018**

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que o setor público pode encerrar este ano com déficit primário bem melhor que a meta de R\$ 161,3 bilhões. Ele estimou um resultado deficitário em R\$ 125 bilhões, considerando nessa conta a projeção apresentada pelo secretário de Orçamento, George Soares, de déficit de R\$ 145 bilhões (com superávit de R\$ 9,7 bilhões para Estados e Municípios) para o ano pelo conceito acima da linha (critério divulgado pelo Tesouro), ajustando R\$ 5 bilhões relativos a Itaipu (no critério abaixo da linha, divulgado pelo BC), que melhora o resultado neutro projetado para estatais, e um "empocamento" de R\$ 15 bilhões no governo federal, que são recursos disponíveis aos ministérios que não deverão ser gastos.

"A notícia é boa, mas não é motivo para ficar alegre. A dívida bruta brasileira é muito alta para um país de renda média", disse Mansueto. "Será o quinto ano consecutivo de déficit primário. Enquanto o Brasil não fizer superávit primário para estabilizar a dívida, teremos que continuar fazendo ajuste fiscal", acrescentou.

O secretário apontou ainda que o relatório divulgado na sexta-feira trouxe queda na despesa prevista com subsídios e subvenções por conta de desempenho abaixo do esperado para o Proex (apoio a exportações). Ele afirmou que deve cair também a estimativa para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) porque já se sabe que parte das despesas serão pagas só no ano que vem. As despesas com subsídios e subvenções caíram para R\$ 19,2 bilhões, ante R\$ 20,6 bilhões no anterior.

O relatório bimestral de receitas e despesas relativo ao quarto trimestre apontou que, para 2018, após a efetivação de diversas medidas pelo governo, a regra de ouro para as contas públicas terá uma suficiência de R\$ 0,6 bilhões. Para o ano de 2019, a estimativa de insuficiência está em R\$ 260,5 bilhões,

mas, segundo o governo, pode se reduzir para R\$ 91,2 bilhões em função do uso dos recursos vindos do resultado do Banco Central.

"Ressalte-se, no entanto, que dada a redação da LDO de 2019, o valor de despesa de R\$ 258,2 bilhões ficou condicionado a aprovação de crédito suplementar independentemente da insuficiência da margem da regra de ouro de 2019. Assim, apesar de na prática o resultado positivo do BC do primeiro semestre de 2018 reduzir a margem de insuficiência da regra de ouro, em 2019, o governo ainda precisará, por força da LDO, aprovar R\$ 258,2 bilhões de crédito suplementar", diz o texto do relatório, divulgado sexta-feira pelo Ministério do Planejamento.

Para Mansueto, a projeção de crescimento de 1,6% mantida no relatório bimestral de receitas e despesas não é muito diferente da do mercado, mas admitiu que no último documento do ano deverá haver uma convergência maior entre as projeções. "Se necessário, vamos revisar, mas provavelmente teremos número mais próximo do mercado na revisão", disse.

O secretário de Orçamento, George Soares, apontou que o crescimento de R\$ 3,8 bilhões na receita total foi mais concentrada nas receitas administradas. Nesse sentido, Mansueto acrescentou que as receitas têm tido desempenho acima do esperado ao longo do ano, com destaque para as relacionadas ao petróleo.

## **Estímulos insuficientes**

### **Correio Braziliense - 24/09/2018**

Mesmo com estímulos, a economia não engatou da forma esperada. A taxa Selic está no menor patamar da história, em 6,5% ao ano. O movimento permitiu a queda geral dos juros dos empréstimos, aumentando o acesso ao crédito. Mesmo com a forte alta do dólar, os preços estão controlados, permitindo que o poder de compra dos trabalhadores não se deteriore. A inflação oficial no acumulado de 12 meses está abaixo do centro da meta. As projeções de analistas apontam que não deve superar 4,20% em 2018, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC).

Ainda assim, o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano deve frustrar os brasileiros. A equipe econômica do governo não esconde a expectativa ruim. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, admitiu a possibilidade de diminuição da projeção oficial. "Já estamos caminhando para o fim do ano. Podemos fazer uma revisão na projeção do PIB ainda, mas a nossa estimativa é próxima do mercado", afirma. A perspectiva do mercado é de que o crescimento seja de 1,36%.

#### **Cenário**

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fábio Bentes, destaca que o cenário está consolidado até as eleições. "Sabemos que

a economia vai crescer, mas pouco. Não vemos alguma variável que mude essa tendência de expansão fraca”, diz. O especialista também comenta o último balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que revelou a criação de 110 mil empregos formais em agosto.

“Não é esse resultado que animou. É bom lembrar que tivemos uma série de frustrações nos últimos dados mensais e, para melhorar o desempenho do PIB, será necessário que o emprego ganhe mais força. As chances de isso acontecer não é muito grande, porque o Caged não inverteu a tendência. Os investimentos estão fracos. O Brasil está barato para investir, mas a taxa de retorno para o empresário não está clara, isso prorroga as aplicações”, explicou Bentes.

O economista-chefe da Modalmais, Álvaro Bandeira, diz que a taxa de investimento deveria estar em pelo menos 20% para dar mais otimismo. “Só que isso não vai ocorrer. Vai continuar baixa e tem outro detalhe: também ficará nesses níveis entrando em 2019”, conta. “Até sabermos o que será proposto e o que será viável de implementar, a dúvida vai sobressair e a credibilidade é fundamental para o crescimento mais forte. Por enquanto, os índices de confiança não apontam para um cenário estável”, completa.

## **Pedidos de falência têm queda de 19,6% em 12 meses** **DCI - 24/09/2018**

Os pedidos de falência caíram 19,6% no acumulado 12 meses até agosto, em relação a igual período imediatamente anterior, segundo dados com abrangência nacional divulgados na sexta-feira passada pela Boa Vista SCPC. Na mesma base de comparação, as falências decretadas subiram 15%, enquanto nos pedidos de recuperação judicial houve diminuição de 6%. As recuperações judiciais deferidas registraram queda de 2,9%. Na comparação mensal, os pedidos de falência avançaram 22,9%.

## **Influências política e econômica do Brasil na América Latina diminuem** **DCI - 24/09/2018**

O enfraquecimento da economia e a desordem política reduziram a influência do Brasil na América Latina. Referência na região na primeira década do século, o País vê, agora, uma expansão da presença chinesa no continente.

Além da crise brasileira e da chegada de investimentos cada vez maiores do gigante asiático, especialistas dizem que o avanço do liberalismo em parte da região colabora para o redesenho local.

“A abertura comercial dos membros da Aliança do Pacífico [México, Chile, Peru e Colômbia] dá maior autonomia a esses países em relação ao Brasil”, diz Marcos Troyjo, co-diretor do BRICLab, da Columbia University.

O entrevistado também cita a “implosão” do governo PT entre os fatores que reduziram a relevância brasileira. “Nos primeiros anos, o petismo exerceu um certo fascínio na região, mas isso deixou de acontecer há algum tempo.”

Sobre os outros países do continente, Troyjo faz avaliações distintas. Segundo ele, a Bolívia e a Venezuela têm maior dependência do Brasil, enquanto o Paraguai conseguiu atrair investidores de outras nações após realizar mudanças nas legislações tributária e trabalhista.

No caso da Argentina, o especialista destaca que a China está quase tirando do Brasil o topo da lista de parceiros comerciais do país governado por Mauricio Macri.

Um dos dados que ilustram essa trajetória é a diminuição das importações brasileiras de bens latino-americanos.

Entre janeiro e agosto deste ano, US\$ 7,278 bilhões foram gastos com produtos argentinos, uma baixa de 38% em relação aos US\$ 11,563 bilhões vistos em igual período de 2013, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Antes do início da crise econômica, as importações de México, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela também atingiram patamares mais elevados que os atuais.

## Investimento

Os investimentos diretos do Brasil no continente também caíram nos últimos anos, segundo dados do Banco Central. Enquanto isso, os aportes chineses dispararam. Em 2017, US\$ 115 bilhões foram aplicados na América Latina, uma alta de 46% na comparação com o ano anterior, conforme levantamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Na opinião dos especialistas, o enfraquecimento das empreiteiras brasileiras, que conduziram grandes obras em países vizinhos antes da Lava-Jato, e a ausência de projetos norte-americanos abriram espaço para a China.

“Hoje, o governo [de Donald] Trump não tem absolutamente nenhum programa relevante para a região, o que dá margem para a entrada de outros países”, afirma Troyjo.

Na opinião dele, o Brasil precisa ter uma postura mais incisiva em relação à crise venezuelana para fortalecer sua presença no continente. “A situação [da Venezuela] está muito complicada, seria bom um posicionamento mais efetivo”, afirma o especialista.

Outra necessidade, segue ele, é a recuperação de um ritmo econômico mais intenso. “O PIB [Produto Interno Bruto] brasileiro equivale à soma dos PIBs de

Peru, Chile, Colômbia e México. Todo crescimento da atividade tem um impacto muito positivo para a região.”

Entre 2015 e 2017, as análises de diversas instituições, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), mencionaram a crise econômica brasileira entre os motivos para os resultados ruins da América Latina.

No começo de 2018, as expectativas melhoraram. O Banco Mundial apontou que a região ganharia força neste ano, com a “continuação da retomada cíclica no Brasil”, cujo PIB deveria crescer 2%.

Entretanto, as projeções mais recentes voltaram a adotar um tom menos animador. Divulgado na semana passada, em relatório, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu as previsões para o crescimento do Brasil e de vários países da região.

Para a atividade econômica brasileira, foi estimado um avanço de 1,2%, 0,8 ponto percentual abaixo da alta esperada em maio pela OCDE. As expectativas para os PIBs da Argentina (-1,9%) e do México (2,2%) também recuaram no confronto com a avaliação feita no primeiro semestre.

Coordenador do curso de economia da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Paulo Dutra é pouco otimista ao falar sobre as tendências para a economia local.

Sobre o Brasil, o entrevistado diz não acreditar que os candidatos mais bem posicionados nas pesquisas – Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) – terão condições de aprovar as reformas previdenciária e tributária. “Sem esses ajustes, o investimento não vai voltar tão cedo”, entende.

Na Argentina, o baque cambial deve atrasar a retomada econômica, enquanto a Venezuela pode seguir com graves problemas humanitários.

As exceções, afirma ele, devem ficar com os países da Aliança do Pacífico. “O crescimento de Chile, Peru e Colômbia pode continuar num ritmo acima da média da região, reduzindo a participação relativa do Brasil na economia latino-americana”, avalia.

## **Melhor resultado**

**DCI - 24/09/2018**

*O mercado de trabalho criou 110,4 mil empregos com carteira assinada em agosto, segundo o Caged. Esse é o melhor resultado para o mês desde agosto de 2013.*

Inflação segue sob controle e pode evitar alta da Selic

DCI - 24/09/2018

A prévia do indicador oficial de preços relativo a setembro confirmou que a inflação segue sob controle, o que dificulta uma alta da taxa básica de juros, a Selic, ainda neste ano. Sinais mais claros sobre o rumo da política monetária serão divulgados amanhã. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) subiu 0,09% na primeira metade deste mês, ante alta de 0,13% em agosto, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se da menor taxa desde setembro de 2006 e a menor variação do ano de 2018. Por outro lado, o atual ambiente de incertezas tanto domésticas, quanto externas, baliza a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa Selic no seu piso histórico, de 6,5% ao ano.

## **BIS prevê longo período de turbulências à frente**

**O Estado de S. Paulo - 24/09/2018**

Relatório divulgado ontem pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) alerta que os mercados financeiros devem se preparar para um longo período de turbulências por conta do fim dos programas de incentivo dos bancos centrais do mundo e a elevação das taxas de juros.

O BIS, o banco central dos bancos centrais, comparou a volatilidade do mercado este ano à reação de um paciente que acabou de sair de um remédio forte. “Com as taxas de juros ainda extraordinariamente baixas e os balanços dos bancos centrais ainda inchados como nunca, resta pouco no armário de remédios para levar o paciente de volta à saúde ou a cuidar dele em caso de recaída”, avalia Claudio Borio, chefe do Departamento Monetário e Econômico do BIS

Além disso, Borio salientou que o retrocesso político e social contra a globalização e o multilateralismo “aumenta a febre”. “Os formuladores de políticas e os participantes do mercado devem se preparar para uma convalescença demorada e cheia de acontecimentos”, previu. Para ele, os mercados das economias avançadas ainda estão sobrecarregados e as condições financeiras ainda são muito fáceis.

O economista destacou que, acima de tudo, há muita dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) globalmente e a dívida total (privada e pública) é agora consideravelmente maior do que a vista no período pré-crise:

“Ironicamente, muita dívida estava no centro da crise e agora temos mais – embora, felizmente, os bancos tenham reduzido sua alavancagem graças à reforma financeira.”

O economista enfatizou, assim como o relatório principal da instituição, que a “divergência é o nome do jogo”. Para ele, essa divergência ocorre porque, apesar da maturidade da expansão, a economia dos Estados Unidos se acelerou ainda mais. No entanto, a inflação, como tendia a convergir para a meta, não representava ameaça.

Borio lembrou que os empréstimos em dólares para os emergentes mais do que dobraram desde a crise financeira internacional, para US\$ 3,7 trilhões. O valor, de acordo com o chefe do BIS, não inclui empréstimos por meio de swaps cambiais e que poderiam facilmente ser de uma ordem similar de magnitude.

## **BIS alerta para turbulências nos mercados emergentes**

### **Valor Econômico - 24/09/2018**

O Banco Internacional de Compensações (BIS) aponta impacto negativo da escalada de tensões comerciais sobre as economias emergentes e alerta para riscos de novas turbulências à frente nos mercados financeiros.

Claudio Borio, chefe do Departamento Monetário e Econômico, diz que se deve esperar mais turbulências, já que os mercados dos países desenvolvidos estão sobrevalorizados, as condições financeiras demasiado flexíveis e o endividamento é excessivo em todo o mundo. Longos períodos de turbulência podem vir, na medida em que mais bancos centrais encerrarem seus programas de estímulo e elevarem as taxas de juros, sinaliza o BIS.

"Visto que as taxas de juros ainda são inusualmente baixas e os balanços dos bancos centrais continuam mais inchados do que nunca antes, restam poucos remédios para se devolver a saúde ao paciente e tratá-lo em caso de recaída", avisa Borio.

Em relatório trimestral sobre a atividade financeira, o BIS considera que "divergência" é a palavra que descreve a conjuntura atual. O aperto das condições financeiras globais tem sido desequilibrado. Enquanto os mercados dos EUA continuam em alta, os emergentes tem sido afetados pela valorização do dólar, a escalada de tensões comerciais e o reaparecimento de sinais de potencial enfraquecimento da economia da China.

A instituição observa que, após perdas sofridas a cada má notícia sobre o comércio internacional, os preços dos ativos de economias avançadas rapidamente retomaram a alta, enquanto os ativos de emergentes não conseguiram se recuperar.

Conforme o BIS, em alguns aspectos, as perdas nos emergentes superaram as registradas durante o "taper tantrum" de 2013, episódio de alta volatilidade

após o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) sinalizar o fim do programa de compra de ativos.

No relatório, o BIS nota que os empréstimos em dólar a clientes não bancários de emergentes mais que dobraram desde a crise financeira de 2008 e atingiram US\$ 3,7 trilhões. A cifra não inclui os swaps de dívida, cujo volume poderia ser próximo desse montante. Esse crescimento ocorre num contexto de expansão do crédito internacional para entidades não bancárias. Indicador chave da liquidez mundial, esse tipo de empréstimo passou de 33% a 38% do PIB mundial entre o primeiro trimestre de 2015 e o mesmo período de 2018.

A emissão de títulos de dívida superou agora os créditos bancários como principal motor do financiamento internacional às empresas, famílias e governos.

## **Empresas realocam produção na Ásia**

### **Valor Econômico - 24/09/2018**

Cada vez que os congressistas americanos tentaram bloquear o alumínio barato chinês ao longo da última década, os diretores da China Zhongwang encontraram uma forma de manter suas vendas para os EUA.

Em 2009, quando Washington impôs regras "antidumping" sobre o alumínio que ela produzia para batentes de portas e janelas, a empresa passou a exportar outro produto, que não estava coberto pela restrição. Em 2016, depois que os EUA voltaram a impor restrições a produtores chineses de alumínio, a companhia comprou a alemã Aluminiumwerk Unna e começou a enviar produtos para os EUA a partir da Alemanha.

Mas a China Zhongwang finalmente ficou sem alternativas em 1º de junho, quando entrou em vigor a tarifa de 10% sobre as importações de produtos de alumínio imposta pelo governo do presidente Donald Trump. "Nós suspendemos quase todas as nossas exportações para os EUA", contou a diretora executiva, Amanda Xu Jing, ao "Nikkei" em 27 de agosto. A empresa, que ainda é a segunda maior fabricante de artigos de extrusão de alumínio do mundo, agora procura compensar a perda de negócios nos EUA com a expansão na Europa e na própria China.

As tarifas do governo Trump sobre o aço e o alumínio foram o primeiro tiro de sua guerra comercial, e já tem impacto na economia global. As tarifas melhoraram a situação dos produtores de metais americanos, como esperava o presidente Trump, e ao mesmo tempo que prejudicam os competidores estrangeiros, incluindo a China Zhongwang. Um resultado é que muitos produtos que usam aço e alumínio - de carros da Toyota as latas de Coca-Cola - provavelmente vão custar mais.

Mas o pior ainda está por vir: hoje entra em vigor uma tarifa de 10% sobre produtos chineses no valor de US\$ 200 bilhões, percentual que vai subir a 25% no início de 2019. Além disso, Trump disse que está preparado para taxar

"imediatamente" todas as exportações chinesas remanescentes para os EUA - cerca de US\$ 267 bilhões em produtos - se Pequim "adotar medidas retaliatórias".

A China fez exatamente isso, impôs tarifas de 5% e 10% sobre produtos americanos no valor de US\$ 60 bilhões.

Segundo especialistas, a mais recente rodada dessa escalada é grande o suficiente para perturbar o comércio global, elevar os preços de vários produtos e reorganizar complicadas cadeias de fornecimento. A experiência da China Zhongwang pode ser um sinal do que está por vir para um grupo de empresas chinesas.

"O impacto imediato nos volumes comercializados será substancial, [com] declínio no valor total do comércio e uma realocação das operações para fornecedores e consumidores alternativos", disse David Hummels, reitor e professor de economia da Escola de Administração Krannert, da Universidade Purdue. "Acredito que os efeitos serão muito maiores do que os observados em consequência de desastres como o de Fukushima", acrescentou, referindo-se ao colapso da usina nuclear de Fukushima, no Japão, após um grande terremoto em 2011.

A perspectiva de novas tarifas já está induzindo empresas a transferir fábricas da China para países de mais baixo custo na Ásia. Segundo uma pesquisa recente das Câmaras de Comércio Americanas (AmCham) na China e em Xangai, cerca de 30% das companhias americanas que operam na China dizem que buscam comprar componentes e fabricar produtos fora tanto da China como dos EUA, e assim evitar as tarifas. A maioria desses negócios serão realocados para o sudeste da Ásia ou para o subcontinente indiano (que abrange a Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal e Butão), e só 6% admitem que pensam em mudar para os EUA.

Muitas empresas asiáticas afirmam que a guerra comercial as levou a acelerar a transferência para fora da China. Li & Fung, um grande fornecedor de roupas e utensílios domésticos para varejistas, como Walmart e Macy's, informou que suas compras da China já caíram para 49% dos produtos que comercializa, de 54% em 2016. Para Spencer Fung, seu executivo-chefe, essa tendência continuará.

"A China ainda tem um papel a desempenhar e não pode ser substituída", afirmou Fung. "Os clientes não estão se mudando da China repentinamente, já vinham planejando isso e a guerra comercial foi apenas um de muitos gatilhos."

Sua empresa agora obtém artigos de vestuário de países como Bangladesh, Vietnã, Índia, Paquistão e Filipinas, enquanto os calçados vêm do Vietnã, Índia, Indonésia e Europa. "Existe uma tendência a ser menos dependente da China e [nós estamos] sempre aconselhando os clientes a não colocarem todos os ovos no mesmo cesto", disse Fung.

A Eclat Textile, uma das principais fornecedoras de vestuário para Nike, Adidas, Under Armour, Lululemon e outras marcas, está atraindo novos negócios precisamente porque não fabrica mais seus produtos na China. A empresa de Taiwan retirou-se completamente da China no fim de 2016, dando preferência ao Vietnã e ao Camboja, e ultimamente tem recebido ligações de mais clientes que buscam evitar os riscos da guerra comercial.

Funcionários do governo do Camboja, que tem cerca de 630 mil trabalhadores empregados na indústria de vestuário, disseram que o país se beneficia com a escalada na guerra comercial. O ministro do Comércio, Sorasak Pan, contou ao "Nikkei" que o efeito dominó das políticas de Trump "provavelmente é positivo ao país", já que empresas se mudam da China.

Esse deslocamento da produção parece acontecer ainda mais rápido no setor de alta tecnologia. A Delta Electronics, que tem sede em Taiwan e é fornecedora de componentes elétricos para os iPhones e MacBooks da Apple, disse que está comprando uma filial, a Delta Electronics (Tailândia), para garantir um melhor acesso a bases de produção naquele país, assim como na Índia e na Eslováquia. "O ambiente geopolítico está cheio de incertezas desde que começou a guerra comercial entre os EUA e a China", disse o presidente da Delta, Yancey Hai. "A primeira rodada de tarifas dos EUA sobre US\$ 34 bilhões já afetou a Delta."

Outra importante montadora de iPhones, a taiwanesa Pegatron, também estuda locais alternativos de produção fora da China, entre eles Taiwan, México, República Tcheca e Índia. A Quanta Computer, fabricante dos Apple Watchs e MacBooks, disse estar preparada para o caso de clientes importantes decidirem que querem produzir artigos fora da China para evitar as tarifas. Os relógios inteligentes estão entre os 300 produtos que foram retirados da lista de mercadorias a serem atingidas pelas últimas tarifas de Trump.

"Temos vários lugares fora da China para nos expandir de forma a satisfazer necessidades temporárias se a batalha comercial continuar sua escalada", disse um funcionário da Quanta ao "Nikkei".

A realocação da produção é evidente nos setores de eletrônicos, vestuário, eletrodomésticos, brinquedos e outros. Os compradores americanos estão pedindo uma solução aos seus fornecedores. Sem ela, terão de pagar as tarifas.

## **Sanções elevam tensão entre EUA e China**

### **Valor Econômico - 24/09/2018**

As tensões sino-americanas aumentaram acentuadamente no fim de semana, com a decisão da China em recusar um convite para avaliar novas negociações comerciais e de convocar o embaixador americano em Pequim para protestar contra as sanções impostas aos seus militares.

Zheng Zeguang, vice-ministro das Relações Exteriores da China, convocou o embaixador americano Terry Branstad após Washington ter imposto sanções à unidade do Exército chinês responsável pelo desenvolvimento de armas e seu diretor, o general Li Shangfu.

Na quinta-feira, os EUA disseram que o Departamento de Desenvolvimento de Equipamentos do Exército chinês comprou jatos e mísseis de um exportador de armas russo, sujeito às sanções impostas por Washington em resposta à "agressão de Moscou na Ucrânia, anexação da Crimeia, invasões cibernéticas, interferência nas eleições [presidenciais] de 2016 e outras atividades malignas".

Tais atividades, segundo os EUA, "geram receita [a Moscou], que realoca esses recursos aos setores de defesa e inteligência para possibilitar essas atividades malignas".

Em sua reunião com Branstad, Zheng afirmou: "a cooperação militar sino-russa é uma atividade normal entre dois Estados soberanos que os EUA não têm o direito de interferir".

"As ações dos EUA prejudicaram seriamente as relações entre [Pequim e Washington] e seus militares... A China insta fortemente os EUA a corrigir imediatamente seus erros e revogar as sanções", acrescentou.

O Ministério da Defesa da China expressou a "forte indignação e oposição resoluta" às sanções, que, afirma, constituem "uma violação flagrante das regras básicas das relações internacionais" e "uma demonstração gritante de hegemonia" pelos EUA.

O Ministério da Defesa chinês acrescentou ainda que decidiu encurtar uma visita aos EUA do comandante da Marinha, o vice-almirante Shen Jinlong, e adiar as negociações militares sino-americanas, originalmente marcadas para amanhã, em Pequim.

A piora nas relações coincide com a decisão de Pequim de não discutir uma possível quinta rodada de negociações comerciais com Washington, que na semana passada anunciou a imposição de sobretaxas à metade de todas as exportações chinesas para os EUA.

As novas tarifas entram hoje em vigor e desencadearão tarifas retaliatórias do governo chinês sobre US\$ 60 bilhões em exportações dos EUA. O presidente Donald Trump prometeu responder a qualquer retaliação por parte de Pequim com novas tarifas sobre todas as exportações chinesas para os EUA, que no ano passado somaram US\$ 505 bilhões.

O vice-ministro de Comércio da China, Wang Shouwen, deveria ter viajado a Washington na semana passada para avaliar uma oferta dos EUA para uma negociação adicional entre o vice-premiê, Liu He, e o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, no fim deste mês ou início de outubro.

Mas a viagem de Wang foi adiada após o mais recente anúncio de sobretaxa de Trump e agora está suspensa, de acordo com duas pessoas a par das discussões entre os dois países.

Mike Pompeo, secretário de Estado dos EUA, disse ontem que o governo Trump está determinado a vencer a escalada da guerra comercial com a China, com Washington pressionando Pequim a mudar suas práticas de negócios que geram desvantagem às empresas americanas.

"Nós sabemos disso - a guerra comercial da China contra os EUA vem ocorrendo há anos", disse o secretário americano. "Na medida em que se quer chamar isso de guerra comercial, estamos determinados a vencê-la."

Pompeo disse à Fox News: "Vamos conseguir um resultado que force a China a se comportar de uma forma que, se você quiser ser uma potência global, [é preciso respeitar a] transparência, Estado de direito, não roubar propriedade intelectual, princípios fundamentais de comércio ao redor do mundo e reciprocidade justa. Essas são as coisas que o Presidente Trump disse ao seu homólogo [chinês]... o povo americano está exigindo, e os trabalhadores americanos merecem. "

As autoridades chinesas estão cada vez mais frustradas com a incapacidade de Mnuchin de negociar uma trégua comercial diante da oposição de Trump e de seu representante comercial, Robert Lighthizer. "Os chineses estão céticos quanto ao valor das negociações [com Mnuchin]", disse uma fonte. "Da perspectiva de Pequim, a dificuldade real é a falta de canais para se envolver com os linha-duras do lado dos EUA."

O governo chinês vê a escalada de Trump na frente comercial como parte de um esforço maior para "conter" o desenvolvimento econômico e militar da China - uma convicção que ganhou mais força após as sanções militares impostas na semana passada.

"Trump deu a Pequim espaço de manobra zero para um compromisso [no comércio] e todas as oportunidades para reconsiderar sua relação e postura contra os interesses dos EUA", disse James Zimmerman, ex-presidente da Câmara Americana de Comércio na China.

## **Agência e BNDES discutem fundo para cobrir inadimplência nas exportações**

**Valor Econômico - 24/09/2018**

O governo articula uma nova estrutura de garantia para cobrir eventuais inadimplências de países nas exportações de bens e equipamentos brasileiros financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos comerciais.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), ligada ao Ministério do Planejamento, e o BNDES estão em discussões avançadas para criar um fundo financeiro que, inicialmente, poderá ter capital de cerca de R\$ 500 milhões, para cobrir as chamadas "primeiras perdas" em contratos de exportação de bens e equipamentos. A ideia é que esse fundo cubra as parcelas de contratos de exportação que eventualmente deixem de ser pagas pelos importadores junto aos bancos que financiaram a venda, apurou o Valor.

A vantagem desse fundo financeiro é garantir um "colchão de liquidez" imediato para cobrir eventuais não pagamentos em contratos de exportação. Assegura-se, assim, maior "previsibilidade" sobre esses pagamentos aos agentes financeiros. O fundo de "primeiras perdas" está sendo estruturado para atuar de forma complementar ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que cobre riscos comerciais e políticos (o chamado risco soberano) em operações de comércio exterior. A ideia, com o novo fundo, é que o governo não tenha que "correr" para fazer suplementações orçamentárias quando ocorre inadimplência maior em exportações, como foram os casos de não pagamentos por parte de Moçambique e Venezuela ao BNDES e outros bancos este ano.

A necessidade de suplementação ocorre porque o FGE é um fundo orçamentário que, embora historicamente seja superavitário, depende de dotação do Orçamento da União para fazer frente a eventuais coberturas de perdas pelos agentes financeiros. Criado em 1997, o FGE arrecadou cerca de US\$ 1,3 bilhão em prêmios. Relatório financeiro do FGE de agosto mostra que se ele fosse um fundo financeiro independente teria, no total, cerca de R\$ 35 bilhões, considerando aportes que foram feitos para sua criação e os prêmios recebidos. As contas a pagar, em agosto, eram de R\$ 1,38 bilhão.

A questão, porém, é que o FGE é um fundo contábil, que depende de recursos orçamentários. Como historicamente o FGE tem despesas baixas, quando ocorrem inadimplências mais altas de importadores, como foi o caso este ano em contratos envolvendo Moçambique, Venezuela e, mais recentemente, Cuba o governo brasileiro precisa fazer pedidos de crédito suplementar para o fundo no Orçamento da União. Com a suplementação, o FGE ressarcе os agentes financeiros, BNDES e bancos privados, e depois busca o ressarcimento junto ao país importador. "O crédito vira uma dívida de país", disse uma fonte.

Na nova estrutura de seguro, o fundo de "primeiras perdas" permitirá fazer a cobertura do sinistro aos bancos, dando tempo para que o governo faça a inclusão, no Orçamento da União, dos valores adicionais necessários ao FGE dentro do ciclo orçamentário regular, sem necessidade de o governo ter que "correr" para fazer a suplementação do fundo, como ocorreu em 2018. O novo fundo valerá para novas operações.

Segundo fontes ouvidas pelo Valor, a discussão sobre o fundo financeiro de "primeiras perdas" está bem avançada pois existe um "alinhamento" sobre o tema entre ABGF, Ministério do Planejamento e BNDES. Ainda existem, porém, discussões sobre o tema com o Ministério da Fazenda. É "factível",

segundo fontes, que o fundo de "primeiras perdas" seja estruturado ainda neste governo. O aporte inicial do fundo poderá ser viabilizado a partir de uma reorganização de capitais na qual a ABGF vem trabalhando. Há outros fundos na agência que não estão mais operativos e cujos recursos poderiam ajudar a formar o capital do novo fundo juntamente com o caixa da ABGF. É aí que se chega aos R\$ 500 milhões de aporte inicial, que seria suficiente para cobrir operações de exportações de micro, pequenas e médias empresas e de venda de máquinas e equipamentos. Mas não atenderia operações de longo prazo. Para tornar o fundo mais robusto, seria preciso haver aportes do BNDES e do Tesouro no fundo.

## **Em 2025, robôs farão mais tarefas que humanos**

**Correio Braziliense - 24/09/2018**

Em 2025, 52% das tarefas executadas em locais de trabalho serão realizadas por robôs. É o que mostra um estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial tendo como base consulta a empresas de 12 setores em 20 economias desenvolvidas e emergentes. Hoje, as máquinas respondem por 29% dessas atividades.

O avanço dos robôs afetará negativamente setores mais tradicionais. O documento estima que cerca de 75 milhões de empregos poderão desaparecer em áreas como contabilidade, secretariado, fábricas de montagem, centros de atendimento ao cliente e serviços postais.

Os autores, porém, ressaltam que a presença significativa da inteligência artificial no mundo de trabalho criará 133 milhões de empregos essencialmente relacionado à revolução digital, em áreas como tratamento de dados, softwares e marketing. “Quase 50% das empresas preveem, para 2022, uma redução do número de funcionários em tempo integral em função da automatização, 40% antecipam, no entanto, um aumento global de seus funcionários e mais de 25% esperam que a automatização crie empregos”, acrescenta o estudo.

Desenvolvedores e especialistas de novas tecnologias serão muito requisitados indica o relatório, que também alerta sobre a necessidade de os profissionais se prepararem para as demandas tecnológicas. “A escassez de qualificação é preocupante nos setores de tecnologia da informação e comunicação, de serviços financeiros, mineração e metais”, aponta o documento.

Os autores ressaltam ainda que as consequências concretas para os trabalhadores são difíceis de prever, mas antecipam uma “enorme perturbação na mão de obra mundial, com mudanças importantes na qualidade, na localização, no formato e na permanência nas funções”.

52%

Estimativa de atividades que serão desempenhadas pelas máquinas. Hoje, a taxa é de 29%

## **Uso de robô colaborativo na indústria deverá duplicar a cada um ano e meio**

**DCI - 24/09/2018**

Capazes de interagir com seres humanos no chão de fábrica, os robôs colaborativos devem se tornar protagonistas na automação da indústria brasileira. Se a robótica no setor deve evoluir 33% anuais no País até 2020, a expectativa para os chamados cobots é de alta de 71% ao ano até 2021.

“Apesar da recessão e da redução do tamanho da indústria, planejamos um crescimento acelerado no Brasil. O mercado de robótica colaborativa vai praticamente dobrar a cada um ano e meio”, afirmou ao DCI o gerente para Brasil, Argentina e Chile da multinacional dinamarquesa Universal Robots (ou UR), Denis Pineda.

Direcionando “todo o entusiasmo” para a robótica colaborativa, a empresa estima possuir cerca de 60% do share global na categoria. Segundo Pineda, os cobots eram em 2015 apenas 2% de todo o mercado de robótica industrial – que, ao todo, somou 294 mil unidades instaladas no mundo em 2016, de acordo com a Federação Internacional de Robótica (IFR).

No Brasil (onde 1,2 mil robôs industriais de todas as categorias foram contabilizados em 2016), um “empurrãozinho” do governo e o crescimento do modelo de locação estão aquecendo a demanda pelos cobots.

Uma das medidas que beneficiou a vertical “foi a zeragem do imposto da importação após mostrarmos que haveria benefícios no caso dos robôs colaborativos”, de acordo com o coordenador para indústria 4.0 da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Bruno Jorge.

Vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a ABDI também cita a importância de uma nota técnica publicada em março após trabalho conjunto da agência e do Ministério do Trabalho.

Anexada à Norma Regulamentadora 12 (NR-12), a instrução criou regras e diretrizes de segurança específicas para o uso dos cobots na indústria.

“A norma original tratava do robô como um robô cercado. Como o colaborativo trabalha lado a lado com a pessoa, havia insegurança jurídica em relação ao uso”, lembra Jorge. Para Pineda, o “paradigma do robô enclausurado” está se tornando algo do passado.

De acordo com o executivo da UR, a mudança na mentalidade estaria “criando mercado para aplicações” que não eram robotizadas – sobretudo quando envolvem operações repetitivas. “O setor automotivo sempre se destacou, mas entre os robôs colaborativos há muita demanda das indústrias de bens de consumo, como alimentos”, afirmou Pineda.

“Também temos muitas indústrias de higiene, limpeza e farmacêutica [usando cobots]”, adicionou o CEO da Pollux (especializada em automação industrial), José Rizzo.

### Locação

A Pollux é uma das quatro distribuidoras da UR no Brasil. De acordo com Rizzo, a empresa catarinense já implementou aproximadamente 200 robôs colaborativos no País.

Deste total, “mais ou menos 100” foram contratados através do modelo de locação. “Transformar capex [investimento] em opex [gasto operacional] faz sentido para o industrial em todos os aspectos”, completou Rizzo, que também destacou a necessidade bem menor de aportes.

Segundo o empresário, um robô colaborativo “de entrada” custaria, sozinho, R\$ 180 mil. Com adequação, implementação e dependendo da aplicação desejada, a aquisição do ativo poderia custar entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil.

No modelo de locação, o uso do ativo ficaria entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil mensais “com tudo incluso”, segundo o CEO da Pollux. Os contratos na modalidade têm, na maior parte das vezes, 48 meses de duração. De acordo com Rizzo, 80% da carga de manutenção exigida pelos cobots pode ser realizada de maneira remota. A oferta estaria chamando atenção até mesmo de industriais de pequeno e médio porte.

### Desafio

Apesar de não atuar apenas com robôs colaborativos (a Pollux também fornece a robótica industrial “tradicional”), o plano da empresa brasileira é “alcançar mil robôs colaborativos locados”. Para tal, um capital extra para a aquisição do ativo será necessário antes da disponibilização como serviço.

“Precisamos de uma combinação de equity e financiamento e estamos em uma série de reuniões com potenciais investidores”, informou Rizzo.

Apesar do otimismo do mercado de cobots, a incerteza eleitoral e a recente alta do dólar acabaram afetando algumas decisões de investimento no Brasil. “O cenário eleitoral ‘deu uma segurada’, o que é compreensível”, lembrou Rizzo, citando impacto reduzido na modalidade de locação.

Pineda, da UR, vai pelo mesmo caminho. “Com a desvalorização do real, os cobots começaram a custar mais. E segundo nossos distribuidores, muita gente está esperando a eleição”. Dessa forma, “o último trimestre será uma incógnita”. O cenário, contudo, não assusta. “A dúvida é se eles investem agora ou no ano que vem. O que está claro é que a demanda vai continuar subindo”, afirmou.